

EMENDA Nº - CMMPV 1304/2025  
(à MPV 1304/2025)

Acrescente-se art. 5º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 5º-1.** A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 1º-A.** Os agentes de comercialização de energia elétrica ficam obrigados a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,50% (cinquenta centésimos por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,50% (cinquenta centésimos por cento) em programas de eficiência energética no uso final.’ (NR)

‘**Art. 4º** Os recursos para pesquisa e desenvolvimento, previstos nos arts. 1º, 1º-A, 2º e 3º, exceto aquele previsto no parágrafo único do art. 1º, deverão ser distribuídos da seguinte forma:’ (NR)

‘**Art. 5º** .....  
.....

§ 1º Os investimentos em eficiência energética de que trata os art. 1º e 1º-A desta Lei deverão priorizar iniciativas, serviços e produtos de empresas nacionais, bem como a inovação e a pesquisa produzidas no País, de acordo com regulamentos estabelecidos pela ANEEL.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 1.300, de 21 de maio de 2025, teremos a abertura total do mercado de energia elétrica: a partir de agosto



de 2026, para os consumidores industriais e comerciais; e a partir de dezembro de 2027 para os consumidores residenciais.

Com isso, o papel das comercializadoras de energia elétrica se tornará ainda mais importante, exigindo soluções inovadoras para os desafios do setor elétrico brasileiro.

Desse modo se faz necessário que as empresas autorizadas a atuarem como comercializadores de energia elétrica contribuam com a pesquisa e o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, assim como já fazem os geradores, as distribuidoras e as transmissoras de energia elétrica.

Ademais, a capacidade das comercializadoras de coletar e analisar dados de consumo permite uma segmentação avançada dos perfis de consumidores, a elaboração de diagnósticos energéticos precisos e a oferta de soluções integradas. Essa expertise posiciona as comercializadoras de energia elétrica como agentes estratégicos na promoção da eficiência energética, contribuindo diretamente para a redução de desperdícios, o aumento da segurança energética e a preservação ambiental. Dessa forma, justificam-se plenamente os investimentos dessas empresas no Programa de Eficiência Energética, alinhando seus interesses comerciais aos objetivos socioambientais e regulatórios do setor.

Sala da comissão, 17 de julho de 2025.

